

Carro de passeio usado como instrumento de campanha política exige alteração no seguro auto



A Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) esclarece:

A partir de 16 de agosto começa oficialmente a campanha eleitoral. Por isso fica a dica:

- O motorista que decidir usar seu veículo de passeio para apoiar campanhas eleitorais precisa comunicar essa alteração à seguradora.
- No entanto, a simples aplicação de adesivos de propaganda política não cancela ou afeta a cobertura do seguro auto.
- A alteração nas condições do contrato ocorre apenas se houver mudança na finalidade de uso do automóvel.

Veja [neste vídeo](#) do presidente da Comissão de Seguro Auto da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Jaime Soares.

Seguro amplia proteção e previsibilidade para iniciativas sustentáveis

Estudos técnicos, licenças, manutenção e projeções financeiras são algumas das informações que ajudam seguradoras e investidores a avaliar cada empreendimento



Projetos de energia limpa, mobilidade, saneamento e infraestrutura sustentável precisam estar preparados para lidar com atrasos, acidentes, danos a equipamentos e interrupções. Nesse processo, o seguro pode ajudar desde o planejamento, ao apoiar a identificação dos riscos, incentivar medidas de prevenção e reduzir o impacto financeiro de eventos cobertos pela apólice.

Para contratar essa proteção, porém, não basta que o projeto tenha benefícios ambientais. Seguradoras e investidores precisam entender como o empreendimento será construído, quais tecnologias serão usadas, onde ele ficará instalado e como será operado e mantido. Quanto mais completas forem essas informações, maior será a capacidade de avaliar o risco e estruturar coberturas adequadas.

O tema ganha importância com o avanço da infraestrutura sustentável no Brasil. Em previsão divulgada no início de 2026, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estimou a entrada de 9.142 megawatts (MW) de nova capacidade de geração ao longo do ano, volume 23,4% superior à expansão registrada em 2025. Em 1º de janeiro, 84,63% da potência instalada das usinas centralizadas em operação no País era de fonte renovável.

O crescimento abre espaço para a participação do mercado segurador. Ao mesmo tempo, exige mais conhecimento sobre novas tecnologias, equipamentos e riscos climáticos. É a partir dessa análise que o seguro pode acompanhar o projeto durante a construção e a operação.

Ser sustentável não significa ter cobertura automática

Desde outubro de 2025, o Brasil conta com a Taxonomia Sustentável Brasileira, criada pelo Decreto nº 12.705. A ferramenta classifica atividades e projetos que contribuem para objetivos climáticos, ambientais e sociais.

Essa classificação ajuda a mostrar se uma iniciativa pode ser considerada sustentável, mas não substitui a análise feita pela seguradora. Para definir se pode oferecer cobertura e em quais condições, a companhia precisa estimar a chance de uma perda, o tamanho do possível prejuízo e as medidas adotadas para reduzir o risco.

O processo de contratação do seguro ajuda a organizar essas informações. Ele permite identificar

quais riscos podem ser transferidos para a apólice e quais continuam sob responsabilidade do empreendedor. A avaliação também pode influenciar o valor do prêmio, a franquia, o limite de indenização e as demais condições do contrato, sem representar garantia de aceitação.

Estudos técnicos mostram os pontos de atenção

Os estudos de engenharia são o ponto de partida. Dependendo do projeto, podem ser necessários levantamentos sobre solo, fundações, drenagem, ventos, incidência solar, disponibilidade de água, conexão à rede e exposição a enchentes, deslizamentos e incêndios.

Também entram na análise a tecnologia escolhida, a experiência da construtora e dos fornecedores, as garantias dos equipamentos e o custo de reposição. Quando o projeto usa uma solução nova ou com pouco histórico no Brasil, podem ser solicitados testes, certificações ou pareceres independentes.

Para a seguradora, essas informações ajudam a calcular a dimensão do risco e a definir coberturas, valores, limites e franquias. Inspeções e análises de engenharia também podem apontar melhorias capazes de reduzir vulnerabilidades antes ou durante a vigência do seguro.

Histórico de perdas ajuda a entender o risco

Seguradoras e investidores também observam o histórico de problemas ocorridos no próprio projeto, em empreendimentos semelhantes ou nos equipamentos utilizados. A análise pode incluir falhas mecânicas, incêndios, danos durante a montagem, acidentes com terceiros, impactos ambientais e paralisações provocadas por eventos climáticos.

O registro deve explicar o que aconteceu, qual foi a causa, o valor do prejuízo, o tempo de interrupção e o que foi feito para evitar novos episódios. Esses dados ajudam a estimar com que frequência uma perda pode ocorrer e qual pode ser sua gravidade.

Projetos novos nem sempre têm histórico próprio. Nesses casos, podem ser usados dados de iniciativas semelhantes, informações dos fabricantes e referências técnicas do setor. A falta de uma série histórica não impede automaticamente a contratação, mas pode levar a pedidos de informações adicionais ou a condições específicas de cobertura.

Licenças e contratos reduzem incertezas

Licenças ambientais, autorizações setoriais, outorgas e documentos sobre a área do empreendimento também podem fazer parte da avaliação. Além de verificar a existência desses documentos, seguradoras e investidores podem analisar se há pendências capazes de atrasar a obra ou interromper a operação.

Essa verificação ajuda na análise do risco, mas não significa que a seguradora certifica a regularidade do projeto. Essa responsabilidade permanece com o empreendedor e com os órgãos competentes.

Os contratos também são importantes porque mostram as responsabilidades da construtora, dos fabricantes, dos fornecedores e dos responsáveis pela operação. Uma divisão clara reduz dúvidas sobre quem deve responder por cada obrigação e ajuda a evitar lacunas ou sobreposições no programa de seguros.

Manutenção e prevenção precisam funcionar

O plano de manutenção deve explicar quais equipamentos serão inspecionados, com qual frequência, por quem e como os serviços serão registrados. Também precisa prever manutenção preventiva e corretiva, estoque de peças importantes, treinamento das equipes e procedimentos para situações de falha.

As medidas de prevenção variam conforme o projeto. Elas podem incluir sistemas de combate a incêndio, drenagem, proteção elétrica, monitoramento do clima, controle de acesso, segurança cibernética e planos de emergência e continuidade.

Nesse ponto, o seguro vai além do pagamento de indenizações. As análises e recomendações técnicas feitas durante a avaliação do risco podem ajudar o empreendedor a identificar falhas e melhorar a prevenção. A implantação e a manutenção dessas medidas, no entanto, continuam sob responsabilidade do gestor do projeto.

Projeções financeiras precisam incluir imprevistos

Investidores analisam se o projeto consegue suportar aumentos de custo, atraso no cronograma ou desempenho abaixo do esperado. Para isso, observam o investimento inicial, as despesas de operação e manutenção, as receitas previstas, a demanda, a produtividade, a inflação, o câmbio e os juros.

Em operações de *project finance* — modelo em que a dívida é paga principalmente com as receitas do próprio projeto — essa análise é ainda mais importante. O BNDES destaca que a fase anterior ao início da operação concentra riscos porque o empreendimento ainda não gera receita, enquanto atrasos e aumentos de custos podem afetar sua viabilidade.

O seguro contribui para dar mais previsibilidade a esse cenário. Quando ocorre um evento coberto, a indenização pode ajudar a pagar reparos, substituir equipamentos e, dependendo da contratação, compensar perdas de receita provocadas pela paralisação. A proteção, porém, fica limitada aos riscos, valores e condições previstos na apólice.

Seguro pode proteger da obra à operação

A participação de corretoras e seguradoras ainda na fase de planejamento ajuda a verificar se o valor dos bens, o cronograma, as responsabilidades contratuais e as medidas de prevenção estão de acordo com as coberturas pretendidas.

Durante a implantação, o seguro de riscos de engenharia pode proteger a obra, a montagem e os equipamentos contra situações previstas no contrato. A cobertura pode reduzir o impacto financeiro de acidentes que atrasem o cronograma ou obriguem o empreendedor a reconstruir uma etapa já concluída.

Na fase de operação, podem ser avaliadas coberturas patrimoniais, quebra de máquinas, lucros cessantes ligados a eventos cobertos, responsabilidade civil, responsabilidade civil ambiental, transporte e riscos cibernéticos. O Seguro Garantia também pode proteger o cumprimento de determinadas obrigações contratuais.

Nem todos os seguros são indicados para todos os projetos. A composição da proteção depende das características do empreendimento, dos riscos identificados e das condições oferecidas pelo mercado. O Seguro Garantia, por exemplo, protege a obrigação prevista no contrato, mas não garante o retorno financeiro ou o sucesso econômico do projeto.

A contratação também não elimina os riscos nem assegura, sozinha, a obtenção de financiamento. Ainda assim, ao definir previamente como determinados prejuízos serão absorvidos, o seguro aumenta a previsibilidade para empreendedores, credores e investidores.

Informação ganha importância nas regras do setor

A Circular Susep nº 666 determina que riscos ambientais, sociais e climáticos façam parte da gestão das empresas supervisionadas, inclusive nos processos de precificação e subscrição — nome dado à análise feita pela seguradora antes de aceitar um risco. A norma não obriga a aceitação de projetos sustentáveis nem define quais coberturas devem ser oferecidas.

Já a Lei nº 15.040/2024, em vigor desde 11 de dezembro de 2025, estabelece que o interessado no seguro forneça as informações necessárias para a análise da proposta e o cálculo do prêmio, conforme o questionário apresentado pela seguradora.

O tema permanece atual em 2026. Em agosto, a Susep participou de um debate sobre seguros, financiamento e projetos de adaptação climática durante a São Paulo Climate Week. Prevenção, resiliência e participação do setor privado estiveram entre os principais pontos discutidos.

Para o empreendedor, iniciar cedo o diálogo com corretoras, seguradoras, resseguradoras e financiadores pode ajudar a encontrar falhas ainda no planejamento. Também permite discutir coberturas, valores, franquias e medidas de prevenção antes do início da obra, quando os ajustes tendem a ser mais simples e menos caros.

O seguro não transforma sozinho um projeto em um investimento viável, mas pode ajudar a torná-lo mais preparado. Ao apoiar a identificação dos riscos, incentivar a prevenção e proteger o caixa contra eventos cobertos, o setor segurador contribui para que iniciativas sustentáveis avancem com mais segurança e previsibilidade.

O que deve estar no dossiê do projeto

- Estudos técnicos e de viabilidade atualizados;
- mapa dos riscos da construção e da operação;
- histórico de perdas e medidas corretivas;
- licenças, autorizações e condicionantes;
- contratos e responsabilidades dos fornecedores;
- plano de manutenção e registros de inspeção;
- medidas de prevenção, emergência e continuidade;
- projeções financeiras com cenários adversos;
- valores dos bens, custos de reposição e tempo estimado de paralisação.

Fonte: CNseg, em 13.08.2026